



ESPIRITO SANTO

Processo da VISEL: Sindseg-GV/ES amplia horário de atendimento para pagamento



O Sindseg-GV/ES ampliou o horário de atendimento nesta semana para a realização do pagamento da segunda parcela do processo da VISEL (processo Nº 0001454-05.2017.5.17.0007 referente ao pagamento de dobra de feriados). De hoje até sexta-feira, dia 08 de janeiro de 2021, o sindicato atenderá os trabalhadores das oito da manhã até às 20 horas.

“O Vigilante que tem direito a receber deve trazer um documento de identificação com

foto. Esta é a maior ação coletiva realizada pelo sindicato que não deixa de lutar pelos trabalhadores. O nosso jurídico está atento”, afirma o presidente Serafim Gerson Camilo.

O presidente orienta aos trabalhadores para não esquecerem de usar a máscara de proteção e ressalta que o sindicato adotou todas as medidas sanitárias previstas pela OMS para atender a categoria.

FONTE: Sindseg-GV/ES (Mary Martins)

Denúncias ao MPT crescem em 2020. Pandemia responde por quase 40%

De quase 94 mil denúncias recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), 36 mil eram sobre a covid-19

WARLEY DE ANDRADE/TV BRASIL / FOTOS PÚBLICAS



Fornecimento de equipamentos é um dos motivos de denúncias ao Ministério Público

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 93.707 denúncias de violações de direitos em 2020. Desse total, 36.010 (38%) eram referentes à covid-19. Assim, segundo o MPT, foram quase 100 denúncias por dia “decorrentes dos impactos do novo coronavírus no mundo do trabalho”. Os dados ainda são preliminares, e deverão ser detalhados nos próximos dias. Entre as queixas, estão desrespeito a medidas de protocolo e fornecimento de equipamentos de proteção.

Ainda de acordo com o Ministério Público, foram abertos mais de 22 mil inquéritos civis para apurar irregularidades trabalhistas. E 9.810 (44%) eram sobre Covid.

Além disso, o MPT bateu recorde em recomendações: foram 21.098 no ano passado, ante apenas 2.861 em 2020. A maior parte (63%) também tinha como foco a pandemia, “com medidas de prevenção e combate à doença voltadas a diferentes categorias profissionais, nas 13.482 recomendações enviadas aos empregadores”. Houve ainda 153.403 despachos e 195.857 notificações, ofícios e requisições.

“Esta atuação relacionada à Covid-19 resultou também em 353 termos de ajustamento de conduta firmados e 407 ações civis públicas ajuizadas”, informa o MPT. A Procuradoria elaborou notas técnicas voltadas às atividades de professores e trabalhadores na saúde, além de home office, teleatendimento e serviços domésticos, entre outros.

O Ministério Público do Trabalho cita acordo firmado com a startup Rappi. A empresa de entrega via aplicativo “se comprometeu a adotar uma série de medidas destinadas à proteção dos entregadores contra a Covid-19, além de assistência financeira àqueles diagnosticados ou que apresentarem atestado que comprove a necessidade de isolamento social”.

FONTE: Por Redação RBA

Para 69% economia não vai melhorar em 2021, afirma Datafolha

Entre 2.016 entrevistados, 41% acreditam que a economia vai piorar e 28% acham que a situação fica como está



Economia em 2021: entre todos os entrevistados, 41% acreditam que a economia vai piorar e 28% acham que a situação fica como está

A expectativa da maioria da população brasileira com a economia do país em 2021 é de que não haverá melhora. É o que mostra pesquisa Datafolha, divulgada nesta segunda-feira (4) pelo jornal Folha de S.Paulo.

Para 69% não haverá recuperação neste ano. Entre todos os entrevistados, 41% acreditam que a economia vai piorar e 28% acham que a situação fica como está. Os dois segmentos somam os 69%. Isso significa que quase sete entre cada dez brasileiros mantêm previsões pessimistas para o ano. Os que acreditam que vai melhorar somam também 28%.

Esses resultados praticamente repetem pesquisa sobre o mesmo tema feita pelo Datafolha em agosto de 2020. Já em relação a pesquisa realizada em dezembro de 2019, houve um aumento entre os que acham que a economia vai piorar: antes eram 24%. Entre os que defendem que tudo fica como está houve uma pequena queda. Eram 31% e agora são 28%.

Questionados sobre a perspectiva para sua própria situação econômica, 22% dizem que vai

piorar, 46% avaliam que ficará como está e 31% esperam uma melhora. Em agosto, eram 19% (piora), 49% (ficar como está) e 30% (melhora).

A pesquisa ouviu, por telefone, 2.016 pessoas. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

“Para 2021, as expectativas do mercado financeiro são de retomada do crescimento, após a contração da economia registrada em 2020 por causa da pandemia. Esse crescimento, no entanto, não será suficiente para repor as perdas verificadas no ano passado, o que só deve ocorrer em 2022”, informa Eduardo Cucolo no texto de apresentação da pesquisa.

Vacinação contra a covid-19

Para o primeiro semestre deste ano, o cenário é de mais incertezas, por conta do tempo necessário para o início do programa de vacinação e da evolução da Covid-19 no país.

A redução do auxílio emergencial pela metade, por exemplo, colocou a renda de cerca de 7 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza de até R\$ 5,50 por dia em outubro de 2020, em relação ao verificado em setembro, e

esse número deve subir para quase 17 milhões com a extinção do benefício, segundo estudo do pesquisador Vinícius Botelho, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

A pesquisa do Datafolha mostrou que o auxílio emergencial ainda era única fonte de renda para 36% das famílias que receberam pelo menos uma parcela do benefício no ano passado.

Segundo a pesquisa, 39% dos entrevistados pediram o auxílio emergencial e 81% desses pedidos foram atendidos. Dados do governo mostram que o voucher alcançou quase 70 milhões de brasileiros.

Há também dúvidas em relação às “cicatrizes”

deixadas pela crise, com a expectativa de que a retomada amplie as desigualdades vistas no país.

A retomada do emprego também é dúvida, mesmo com a geração recorde de vagas com carteira em novembro. No total, o desemprego bateu novo recorde em novembro, atingindo 14 milhões de brasileiros. A taxa de desocupação chegou a 14,2%, o maior percentual da série histórica da Pnad Covid, pesquisa do IBGE iniciada em maio para mensurar os efeitos da pandemia no país. Esse indicador considera o mercado informal de trabalho, autônomos e funcionários públicos.

FONTE: Redação RBA

Funcionários do BB aguardam posição da direção sobre decisão do STF

Decisão do ministro Ricardo Lewandowski garante que regras do acordo emergencial continuam válidas a partir de 1º de janeiro



Os funcionários do Banco do Brasil aguardam que a direção do banco se posicione sobre a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), de prorrogar o

acordo emergencial que protege a categoria da pandemia do coronavírus (Covid-19). O acordo, entre outros pontos, prevê o compromisso de não descomissionamento por desempenho,

bem como impede o retorno ao trabalho presencial enquanto durar a pandemia do coronavírus. A prorrogação foi decidida no dia 30 de dezembro do ano passado por liminar. O acordo perderia validade no dia seguinte (31 de dezembro).

A decisão do ministro veio a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Rede. Análise da decisão do ministro, feita pelo escritório Crivelli Advogados Associados, avalia que as regras do acordo permanecem vigentes desde o dia 1º de janeiro de 2021. A prorrogação é válida, de acordo com a análise do escritório de advocacia, para as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho e dos Acordos Coletivos de Trabalho.

“A Rede entrou com uma ação porque o decreto estabelecia como término o dia 31 de dezembro. Isso é um absurdo porque não só não terminou a pandemia, como está pior. Piorou pela falta de vacina, pela existência de outras cepas do coronavírus, que a gente nem sabe quais são. Se tivéssemos um governo preocupado, não precisaríamos de uma decisão do Judiciário. Para garantir minimamente a saúde das pessoas, para enfrentar a pandemia, que sejam mantidas aquelas medidas excepcionais a partir de 1º de janeiro. O ministro Lewandowski recebeu e deferiu o pedido cautelar, para que as medidas de isolamento, de quarentena, não terminassem no dia 31 e continuassem válidas enquanto durar a pandemia. Agora vai para o plenário do STF, que vai validar ou não a decisão. Acredito que a decisão será mantida”, explicou a advogada Lúcia Noronha, sócia da Crivelli Advogados.

Decisão ajuda

“Embora a decisão deva vir dos poderes Executivo e Legislativo. Essa decisão, como

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

liminar precária, veio do STF. Para o nosso acordo, isso nos ajuda, mas infelizmente o Judiciário não pode ficar legislando ou exercendo papel que não é de sua competência. Isso cria um imbróglio jurídico e principalmente uma falta de procedimento administrativo. Se aprova uma liminar de caráter provisório, sem resolver em definitivo. Simplesmente não coloca quais são os pormenores necessários nessa decisão. Infelizmente ainda vai para o pleno do STF”, afirmou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

Outra questão que precisa ser decidida é sobre a compensação das horas negativas. “O banco de horas negativo não é prorrogado porque no acordo tem vigência até 31 de dezembro. Com isso, as horas negativas novas não terão mais 18 meses para se compensar, mas sim seis meses, como prevê o acordo anterior. Queremos também que o banco se posicione e negocie a compensação das horas negativas. Não se pode prejudicar o funcionário que está trabalhando em todas as linhas de frente nesse momento de pandemia”, alerta o coordenador da CEBB.

Mesmo com a decisão de prorrogar a vigência do acordo emergencial, ainda há o receio de que em algumas unidades do banco a garantia do não descomissionamento durante a pandemia seja desrespeitada, bem como o fim do teletrabalho e o retorno aos locais de trabalho. “Caso haja uma pressão do gestor, os sindicatos devem ser procurados para que tomem medidas necessárias para coibir essa prática de alguns iluminados, que não têm nem orientação do banco para isso”, orienta João Fukunaga.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF